

Aspectos históricos e as propostas educacionais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no Brasil contemporâneo – um compromisso político com as transformações sociais!

Historical and educational proposals of the movement of landless rural workers in Brazil today – a political commitment to social change!

Recebido em: 29/set/2010

Aprovado em: 07/out/2010

Carlos Bauer

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – PPGE/Uninove. *E-mail:* carlosbauer@pesquisador.cnpq.br

Resumo

Este trabalho tem como finalidade lançar um olhar crítico sobre um dos principais organismos políticos criados pelos trabalhadores rurais brasileiros, no caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O MST é estudado no desenvolvimento dos seus princípios educacionais que incluem o trabalho de formação e de conscientização política, tendo como marco histórico a luta contra a ditadura militar

Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010

e a democratização do Estado em nosso país. De fato, o MST vem ocupando um lugar de destaque, colocando-se como um dos legítimos interlocutores dos setores populares no processo de disputa da hegemonia política em curso na sociedade brasileira. Esse reconhecimento nos parece relevante, principalmente se levarmos em consideração os aspectos e os princípios educativos dos movimentos sociais. Assim, estamos preocupados em estudar, numa dimensão histórica e política, o seu papel na construção da contra-hegemonia cultural e, também, reunir subsídios que permitam aos interessados refletir sobre as relações entre o MST e as fecundas aspirações que nutrem pela educação.

Palavras-chave

Conflito Social. Educação. História. Movimento dos Sem-Terra. Movimentos Sociais. Trabalhadores Rurais.

Abstract

This paper aims to look critically on one of the main political bodies created by the Brazilian rural workers, where the Movement of Landless Workers (MST). The MST is studied in developing their educational principles that include job training and political awareness, with the landmark, the struggle against military dictatorship and democratization of the state in our country. In fact, the MST has occupied a prominent place, placing itself as one of the legitimate partners in the popular sectors in the dispute process of ongoing political hegemony in Brazilian society. This recognition seems relevant, especially if we consider the educational aspects and principles of social movements. So we are thinking about studying in a historical and political dimension, its role in the construction of counter-cultural hegemony, and also gather elements that enable stakeholders to reflect on the relationship between MST and the aspirations that nurture fruitful education.

Keywords

Social Conflict. Education. History. Movement of the Landless. Social Movements. Rural workers.

1. Introdução

Estamos preocupados, neste estudo, em estabelecer algumas rela-

ções entre educação e poder. Mesmo que modestamente, tal preocupação tem como finalidade contribuir para a construção de um projeto pedagógico humanista, num mundo onde predominam a ideologia e os interesses de classe da burguesia, que foram impregnando as concepções culturais e as representações sociais no cotidiano das práticas escolares.

A relação entre educação e as temáticas mais variadas da vida social e, em particular, da política, é ilimitada. Postura invariável assume as elites, para quem quaisquer projetos educacionais prendem-se exclusivamente às suas próprias necessidades econômicas. Na contemporaneidade tardia, sua ofensiva se assenta internacionalmente no bojo de um grande arcabouço ideológico, com uma impressionante campanha midiática, na defesa de uma pretensa modernidade preconizada pelo consumismo desenfreado, do paraíso na terra da sociedade de mercado, da progressiva abolição das barreiras alfandegárias, do mais amplo afastamento da interferência do Estado na economia e do fim das utopias sociais.

Pode-se, portanto, falar de pedagogia e ideologia e, em nosso caso específico, de história, educação e contraideologia. Sobre as relações entre educação e as principais premissas inseridas no pensamento conservador, na atualidade, ficamos com a precisa caracterização elaborada por Apple. Vejamos:

Muitas das políticas direitistas que vêm desempenhando agora um papel central na educação e em quase todas as outras áreas carregam uma tensão entre uma ênfase neoliberal em ‘valores de mercado’, de um lado, e um apego neoconservador aos ‘valores tradicionais’, de outro. Segundo a primeira perspectiva, o Estado deve ser minimizado, de preferência liberado de controles a empresa privada [...] de acordo com a segunda, o Estado precisa ser forte para ensinar conhecimentos, normas e valores corretos. Para ambas, esta sociedade está ruindo, em parte porque as escolas não atendem a nenhuma delas. Elas são excessivamente controladas pelo Estado e não ministram o ensino que se espera que dêem. Isto é um pouco contraditório mas, como veremos mais tarde, a agenda direitista tem formas de lidar com essas contradições e conseguir alinhar criativamente uma aliança que una (algumas vezes de modo tenso) os vários movimentos que a compõem. (APPLE, 2000, p. 31-2).

Apple também observa que a esfera da educação é uma daquelas em que a direita tem crescido. Para ele, o objetivo social-democrata de

expandir a igualdade de oportunidades (uma reforma limitada em si mesma) perdeu muito de seu apelo político e de sua possibilidade de mobilizar pessoas. A propaganda ideológica do neoliberalismo ganhou mais espaço com a surpreendente e meteórica desagregação dos Estados burocráticos do Leste Europeu e com as crescentes contradições presentes no desenvolvimento de regimes como o chinês, o cubano, o norte-coreano e até mesmo de alguns países africanos.

No Brasil, os chamados movimentos sociais acumularam enormes contradições ao longo de seu desenvolvimento. Muitos deles, nascidos do sonho de emancipação da classe trabalhadora, acabaram trilhando caminhos tortuosos, ou mesmo se deixaram cooptar no transcurso de sua ação. Este conflitante ideário é muito bem traduzido por Gohn, quando argumenta que:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força na sociedade civil. [...] As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade [...] Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país, e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que se constroem em suas ações (GOHN, 1997, p. 251-252).

É preciso analisar historicamente as ações daqueles que buscam enfrentar esta ofensiva, denunciando o neoliberalismo como um instrumento de dominação imperialista dos países ricos e de fortalecimento do capitalismo, responsável pela exploração predatória da natureza, pela concentração da riqueza, pelas guerras de rapina, pela repressão, opressão e miséria dos povos. Estamos preocupados em estudar os que rejeitam o capitalismo e seu projeto liberal e também os regimes burocráticos de partidos únicos instituídos em nome do socialismo, o que serve apenas para reafirmar a necessidade de continuar travando o combate anticapitalista, fortalecendo os objetivos históricos de emancipação da classe trabalhadora, por meio da luta pelo estabelecimento

de uma sociedade socialista e democrática. Claro, não estamos falando de uma democracia meramente formal,

[...] de uma democracia que aprofunda as desigualdades, puramente convencional, que fortifica o poder dos poderosos, que assiste de braços cruzados à aviltção e ao destrato dos humildes e que acalenta a impunidade. Não de uma democracia cujo sonho de Estado, dito liberal, é o Estado que maximiza a liberdade dos fortes para acumular capital em face da pobreza e às vezes da miséria das maiorias, mas de uma democracia de que o Estado, recusando posições licenciosas ou autoritárias e respeitando realmente a liberdade dos cidadãos, não abdica de seu papel regulador das relações sociais. Intervém, portanto, democraticamente, enquanto responsável pelo desenvolvimento da solidariedade social.

Precisamos de uma democracia que, fiel à natureza humana que tanto nos fez capazes de eticizar o mundo quanto de transgredir a ética, estabeleça limites à capacidade de malquerer de homens e mulheres (FREIRE, 2000, p. 48).

É por isso que é imperioso analisar os esforços que os trabalhadores e os demais setores populares empreendem para fortalecer a sua própria experiência de auto-organização, não apenas no plano corporativo e econômico de seus movimentos sociais, mas também na arena da cultura, da educação, da política e da influência e da disputa política na esfera pública. Tal perspectiva nos parece imbuída de grande relevância no universo pedagógico-social, exatamente porque, como Freire, não acreditamos

[...] na democracia puramente formal que ‘lava as mãos’ em face das relações entre quem pode e quem não pode porque já foi dito que ‘todos são iguais perante a lei’. Mais do que dizer ou escrever isto, é preciso fazer isto. Em outras palavras, a frase se esvazia se a prática prova o contrário do que nela está declarado. Lavar as mãos diante das relações entre os poderosos e os desprovidos de poder só porque já foi dito que ‘todos são iguais perante a lei’ é reforçar o poder dos poderosos. É imprescindível que o Estado assegure verdadeiramente que todos são iguais perante a lei e que o faça de tal maneira que o exercício deste direito vire uma obviedade.

O que me parece impossível aceitar é uma democracia fundada na ética do mercado que, malvada e só se deixando excitar pelo lucro, inviabiliza a própria democracia (FREIRE, 2000, p. 48-49, grifos do autor).

O objetivo central desse trabalho é buscar lançar um olhar crítico sobre os organismos criados pelos trabalhadores, como é o caso do MST, aqui estudado no desenvolvimento dos seus princípios educacionais, que incluem o trabalho de formação e de conscientização política. São ações que tiveram como balizadores a luta contra a ditadura militar e a democratização do Estado brasileiro, combinada à ação sindical e política em defesa do salário, do emprego, da terra, da autonomia e liberdade sindical — momentos nos quais, conforme estudou Sader (1988), foram projetados novos sujeitos históricos e sociais na contemporaneidade brasileira.

Essa estratégia de ação de massa foi crucial para que, no bojo das tensões políticas entre Estado e sociedade que caracterizaram a transição nos anos 1970/1980, os movimentos sociais, sindicais e políticos produzidos pelos trabalhadores ocupassem um lugar de destaque, colocando-se como legítimos interlocutores dos setores populares no processo de disputas de hegemonia política na sociedade brasileira. Ainda mais se levamos em conta os aspectos e os princípios educativos dos movimentos sociais que, por sua vez, foram alvo da seguinte reflexão de Gohn: “A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ele se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo” (GOHN, 1994, p. 16).

Vai daí nossa preocupação em estudar o papel desempenhado pelo MST na disputa de hegemonia e na construção de uma contra-hegemonia cultural em relação à criação de condições objetivas para a formação do bloco histórico que assumam de vez a responsabilidade pelas transformações estruturais em nosso país. Estamos dispostos a reunir subsídios que permitam aos interessados refletir sobre as relações entre esse movimento e as fecundas aspirações que nutrem pela educação. Nosso principal objetivo com essas páginas foi produzir uma visão histórico-dialética da realidade social e cultural produzida pelo MST na construção e no desenvolvimento dos seus princípios educacionais, assim, oferecendo ao interessado um breve registro e uma memória escrita de uma das mais importantes experiências educacionais de caráter contra-hegemônico em curso da sociedade brasileira.

2. Características do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em decorrência de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instaurada durante o regime militar, entre 1978 e 1985. Esse processo compreende a luta contra a expropriação e a exploração do desenvolvimento do capitalismo. Para Fernandes:

Neste período da luta pela democracia, de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas conquistando novos espaços no campo e na cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas têm o seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais. Os desafios se apresentavam no avanço da luta em relação aos partidos políticos, legais e clandestinos [...], nas rupturas com tradições e práticas conhecidas [...] e pelo rompimento com esquemas populistas do passado [...] etc. Rompendo com estruturas, desafiando-se e criando um novo processo de conquistas na luta pela terra (FERNANDES, 1996, p. 66).

A formação de inúmeros movimentos sociais foi um processo profundamente marcante no cenário político nacional, pois representou um espaço conquistado pelas diversas experiências e luta popular como nos informa Caldart:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, também conhecido como Movimento dos Sem-Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir da década de 70, especialmente na região centro-sul, e aos poucos se expandiu pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 1999, p. 3).

A propósito disso, quando nos referimos ao procedimento de formação do MST, inspirados na obra de Thompson nos interessam o processo histórico pelo qual os trabalhadores rurais sem-terra “fizeram-se” ou ainda “fazem-se” como um “[...] novo sujeito social chamado Sem-Terra, com uma identidade e uma consciência que lhes insere nos embates políticos do nosso tempo” (CALDART, 1999, p. 4). Quando buscamos explicar o sentido do “fazer-se”, por exemplo, da classe operária inglesa, estamos preocupados em compreendê-la como um processo ativo, que se deve tanto à ação humana quanto, também, aos seus condicionantes. Para um autor como E. P. Thompson, “[...] a classe operária não surgiu tal como um sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 7).

O conceito de classe social formulado por Thompson é central nesta análise, à medida que considera a classe como um “fenômeno histórico”, como “algo que ocorre efetivamente nas relações humanas”, não de uma forma determinada, mas como uma capacidade de percepção e articulação de interesses de alguns indivíduos contra outros, cujos interesses diferem dos seus. Para Vendramini,

[...] Thompson compreende que a classe e a consciência de classe vão formando-se juntas na experiência: é uma formação imanente. Como exemplo, descreve o período entre 1790 e 1830, quando se forma a ‘classe operária inglesa’. O fato é revelado, em primeiro lugar, pelo crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial (VENDRAMINI, 2000, p. 32).

Nas palavras do próprio Thompson, “[...] o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica” (THOMPSON, 1987, p. 17). Por sua vez, na leitura que Vendramini nos apresenta, retratar as mudanças de vida dos trabalhadores rurais, dos artesãos e tecelões também,

[...] pode parecer um registro de frustrações e fracassos, mas a experiência apresenta muitas tradições que se originam desse período. Dos primeiros estágios da autoeducação política de uma classe, que diz respeito aos efeitos morais da sociedade, acompanhamos com o autor o despertar de uma autoconsciência coletiva, associada às teorias, insti-

tuições, normas disciplinares e valores comunitários correspondentes que distinguem a classe operária do século XIX da plebe do século XVIII. Da revolta dos trabalhadores na destruição de máquinas, mas contra as relações exploradoras e opressivas intrínsecas ao capitalismo industrial (VENDRAMINI, 2000, p. 32).

Para Thompson, a expressão cultural e política da classe operária é consequência das experiências dos próprios operários. Sua análise considera o modo de vida característico dos trabalhadores, que está associado com um determinado modo de produção, e os valores partilhados pelos que viveram durante aquele período histórico que convencionalmente chamamos de Revolução Industrial. Em sua obra clássica, *A formação da classe operária inglesa* (1987), preocupou-se em estudar as experiências cotidianas, as condições de vida, os desejos e a racionalização impostos aos trabalhadores.

Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 1987, v.1, p. 11-12).

A compreensão que Thompson tem do processo de formação da classe operária inglesa, como já foi dito anteriormente, nos remete para a ideia de que a classe implica em uma formação tanto cultural quanto econômica e política, que se produz e se manifesta historicamente nas relações humanas e sociais, como um dos resultados de experiências comuns, determinadas pelas relações de produção. A consciência de classe para esse autor:

[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, v.1, p. 10, grifos do autor).

Thompson, também esteve preocupado em desenvolver uma ferrenha crítica ao dogmatismo stalinista reinante em sua época e, em particular, ao pensamento de autores como Althusser e, por conta disso, analisou em profundidade problemas epistemológicos e de teoria e prática social. Seu questionamento se produziu a partir do desenvolvimento de algumas proposições, que procuraram demonstrar que a epistemologia de Althusser era o produto de um limitado percurso acadêmico de aprendizado, no qual não foram levadas em conta as experiências, ou mesmo a influência do ser social sobre a consciência social. Isso faz com que exista na epistemologia althusseriana um falseamento do diálogo como evidência empírica, inerente à produção do conhecimento e à própria prática de Marx, o que teria levado esse autor a cair, seguidamente, em um mecanismo de pensamento caracterizado como idealista pela própria tradição marxista da qual fazia parte.

Acompanhando e tendo como exemplo esse fecundo raciocínio thompsoniano, Caldart apresenta-nos a seguinte argumentação sobre a formação histórica do MST:

[...] os sem-terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sociopolítica dada, através do ato de criação do MST. Sua gênese é anterior ao Movimento e sua constituição é um processo que continua se desenvolvendo ainda hoje, embora, tal como no caso da classe operária analisada por Thompson, já seja possível identificar um momento da sua história em que se mostra como identidade melhor definida. Este momento corresponde ao final da década de 80, início dos anos 90, deste final de século XX. (CALDART, 1999, p. 8).

Quando buscamos as raízes históricas do MST, é importante dizer que esse é um movimento que surgiu fortemente ligado à Igreja Católica. Reconhecer isso não é nenhuma novidade histórica, mas representa um importante componente político, pois a maior parte dos movimentos sociais, contou a partir da década de 1970, com uma influência bastante grande e bem visível de alguns setores do clero católico, especialmente os que buscavam inspiração na teologia da libertação. Mesmo nos anos de auge do regime militar, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) produziram lugares sociais e políticos nos quais os trabalhadores encontraram condições para se organizar, lutar contra as injustiças e por seus direitos.

Nos idos de 1960, o presidente João Goulart, com o apoio do então Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), defendia que a reforma agrária fosse instaurada com o objetivo de aumentar a produção agrícola do país e ampliar o mercado interno. Para ele, esse gesto poderia ampliar o mercado interno nacional e concretizar outra bandeira de seu governo: o desenvolvimento da indústria nacional. Com esse intuito, o governo Goulart estimulou a formação de uma insólita aliança com a Igreja e os comunistas – a chamada Política de Frente Única – que buscava realizar mudanças profundas nas relações agrárias no Brasil e, ao mesmo tempo, combater as Ligas Camponesas que naquele momento assumiam uma posição mais radical – a revolução camponesa.

3. História, educação e crise agrária no Brasil contemporâneo

As iniciativas educacionais destinadas aos trabalhadores rurais estiveram muito dependentes de setores da Igreja ou de campanhas oficiais de alfabetização de adultos. Podemos lembrar-nos de iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB), Programa Nacional de Alfabetização (PNA), Mobral, Projeto Minerva, Projeto Rondon que, muito embora estivessem centrados na alfabetização de adultos, tratavam também de outras questões como direitos trabalhistas, legislação previdenciária, reforma agrária, principal e evidentemente no caso das experiências protagonizadas pela Igreja Católica por meio de suas pastorais (MANFREDI, 1996).

Inversamente, nesse cenário complexo, buscou-se superar os muitos desafios que se mantinham com uma herança maldita do período anterior,

[...] a proposta do MST de alfabetização de jovens e adultos tem como objetivo a alfabetização e discussão do trabalho ‘cooperativo’ no assentamento. (Ela considera que) este é um processo lento, pois o adulto tem mais resistência ao aprender a ler e escrever uma vez que, aparentemente, para trabalhar na terra não há necessidade de escrever, no entender de alguns assentados. Por outro lado, sentem a necessidade de entender a organização de uma associação, cooperativas e para tal a educação comprometida com o ler/escrever, mas acima de tudo com a emancipação política e cultural dos assentados (SOUZA, 1999, p. 11).

A tendência ascendente das lutas dos trabalhadores rurais, associadas ao contexto de efervescência política do período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, quando a bandeira da reforma agrária tinha um importante significado político, forçou o Estado a absorver algumas demandas dessa importante parcela da população brasileira. Os direitos sociais e trabalhistas desses trabalhadores rurais foram reconhecidos neste período, e consolidados em alguns marcos legais, como: o direito de organização sindical e o Estatuto do Trabalhador Rural, implementados a partir de 1963, além do Estatuto da Terra, promulgado em 1965. Por meio desses instrumentos, o Estado procurava estender ao campo os mesmos direitos (mas também alguns dos mesmos instrumentos de controle) conferidos ao conjunto dos trabalhadores desde a instituição, na década de 1930, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porém com muita luta e até mesmo com o sacrifício de muitos trabalhadores rurais. Exatamente, por isso, pela compreensão dessa problemática realidade, conforme destaca Souza

[...] o Setor de Educação do MST enfatiza o trabalho com os temas geradores: Assentamento; luta; trabalho no assentamento, sempre destacando os alunos como sujeitos do processo de luta/conquista. A proposta parte da realidade para contextos mais amplos. O objetivo é não ficar apenas na discussão da realidade. Ela é apenas ponto de partida (SOUZA, 1999, p. 12).

Anteriormente, a tônica das atividades formativas e educacionais girava em torno da preparação das lideranças para o conhecimento das leis e para uma prática social que tinha na cobrança pelo seu cumprimento não só o eixo como o limite da ação. Aparecia também como destaque a questão da gestão do universo rural, na qual se buscava padronizar sua organização em todo o país. A política estatal procurava influenciar tanto os técnicos quanto os dirigentes políticos dos trabalhadores rurais, numa consciente tentativa de uniformização do discurso. A formação política do MST se articula decididamente a outra vertente: às chamadas políticas educacionais.

O Estado brasileiro instituiu uma série de medidas destinadas a estabelecer um determinado padrão de modernização à produção agrícola brasileira, com base na integração da agricultura com os demais setores produtivos (com destaque à indústria de insumos, como também

à indústria de processamentos de alimentos). Efetivamente, esses dois aspectos possibilitaram a instituição de um novo padrão de organização da agricultura e do próprio meio de vida rural.

Esta modernização, tendo em vista o seu caráter social conservador, a rapidez e intensidade com que foi promovida, gerou uma série de situações de conflito que não podiam ser absorvidas pelos instrumentos legais perpetrados com esse fim. Os conflitos por terra exploraram nesse período, cresceu o uso de trabalho forçado, a exclusão econômica dos pequenos agricultores atingiu números nunca antes vistos. Essa intensificação do conflito social agrário acontecia em um momento em que a ditadura militar começava a enfrentar dificuldades de sustentação, em decorrência de um visível esfriamento do chamado milagre brasileiro e de um desgaste perante a opinião pública pelas irrefutáveis evidências de práticas de violência e restrição de direitos.

Neste sentido, Souza argumenta que:

[...] a luta por educação nos assentamentos e acampamentos é a luta por cidadania, pelo cumprimento das leis e pela transformação social. Portanto, para além da especificidade do MST, é a luta por uma sociedade diferente e por uma escola que seja da classe popular e não para ela. Uma escola que seja do campo e não para o campo. *Uma educação que seja do MST, do acampamento, do assentamento e não para o assentamento/acampamento.* Eis o desafio que tem sido enfrentado pelo MST, principalmente. Uma educação que seja construída em conjunto com instituições interessadas em discutir e construir um processo educativo diferenciado. Neste sentido, um dos desafios do MST é reconhecer o papel que profissionais docentes-pesquisadores universitários podem desenvolver na construção da 'educação diferenciada', respeitando as autonomias e competências dos mesmos (SOUZA, 1999, p. 15, grifos do autor).

Essa vertente da formação política e educacional desenvolvida pelo MST aos poucos convergiu-se com o recrudescimento das lutas pelas políticas públicas, para a conformação de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável que foi, inclusive, muito alimentada, no interior do MST, pela abordagem temática das tecnologias alternativas, do associativismo e do cooperativismo como possibilidade de um novo modelo societário.

O desfecho conservador da transição política brasileira, por sua vez, teve um impacto fortíssimo nas principais tendências dos movi-

mentos sociais no campo. No seu bojo e remando contra a maré, o MST se constituiu numa organização de caráter nacional, com forte capilaridade e pleiteando constituir-se como principal interlocutor dos trabalhadores rurais com o Estado. Numa conjuntura marcada pela busca de consolidação da democracia política, do início da década de 1990, sua capacidade de interlocução tinha que ser acompanhada com a mobilização social para se fazer prevalecer.

Tanto a capacidade de mobilização quanto a de articulação com outros setores – estavam presentes no MST, por conta de sua credibilidade alcançada em anos de lutas e pelo seu senso de organização. Assim, podemos considerar que o MST soube aproveitar a estrutura dos trabalhos de formação técnica que organizou. O acúmulo de experiência no desenvolvimento dos cursos e a lacuna histórica em relação à oferta de capacitação técnica para o trabalhador, especialmente no meio rural, criaram para o movimento uma estrutura de oportunidades políticas, uma série de brechas que foram capturadas pelo MST. Foi uma ocasião favorável dada pela própria conjuntura social, política, cultural e econômica do país, na qual havia um vácuo no setor de formação técnica, principalmente para atuar no campo. Também a criação de novidades políticas, como as grandes marchas, ocupações de prédios públicos, rodovias, que causam impactos e alicerçam as ações coletivas foram estratégicas utilizadas pelo movimento. Parte do grande crescimento que o MST obteve pode ser explicado pelo exame do cenário daquela conjuntura (a outra parte deve ser atribuída à própria capacidade organizativa do MST).

O desenvolvimento do projeto político do MST deu-se e continua se dando em dois campos prioritários de ação – um externo e outro interno ao movimento. No campo externo, o MST busca atualizar suas bandeiras de lutas, além de inovar e massificar suas formas de ação, porém deverá continuar precária a sua interlocução com a sociedade civil devido à incapacidade de superar os sectarismos próprios da grande imprensa para com o movimento. No campo interno, o MST promoverá a unificação, ainda que conflitante e muito difícil, das tendências em disputa no seio de sua organização, promovendo uma atualização de sua estrutura organizativa e política com o intuito de avançar no terreno da organização técnica da produção, da cooperação e, sobretudo, da educação.

Tais características são fundamentais para se entender os pontos mais marcantes da política e dos princípios educacionais do MST na atualidade. O que ocorre de mais significativo é que os conteúdos e os temas estudados e práticas produzidas no campo educativo irão se materializar exatamente onde o projeto político do MST conseguiu resgatar a esperança e a dignidade dos trabalhadores rurais sem-terra: o assentamento.

Mesmo que os analistas e críticos possam apontar alguns problemas dessas propostas educacionais, como também o seu caráter principista e ideologizado dos conteúdos, é necessário reconhecer que está implícito, no projeto educativo do MST, segundo Gohn, um princípio de que o caminho para a libertação é a conscientização política. Trata-se de uma visão emancipatória inspirada na obra de Paulo Freire.

A forma com que os educadores do MST realizam ou procuram realizar essa conscientização não deve ser vista como uma única e exclusiva vertente ortodoxa das propostas educacionais. Gohn lembra ainda que,

[...] nesta vertente, passa-se pela ideia de sujeito histórico único e uno – a classe operária, o proletariado – que após tornar-se consciente de seu papel e destino histórico, daria direção à resistência, politizando suas reivindicações ancorado pelo partido e por seus intelectuais orgânicos. A denúncia e a luta contra as estruturas dominantes são parte do processo de construção dessa consciência, formada a partir da interação com os intelectuais orgânicos, os quais, com seus esforços, promoveriam a capacitação científica e técnica do proletariado. Em tese, a conscientização possibilitaria aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo, distinguir os interesses antagônicos, e desvelar as contradições sociais. No processo delineado, aparentemente o aprendizado resulta da absorção do aprendizado das informações transmitidas pelos intelectuais. É um processo que vem de fora dos sujeitos/alunos, pela assimilação das mensagens transmitidas (GOHN, 2000, p. 127).

Os projetos educacionais e de formação política do MST contribuíram largamente para aprofundar a capacidade de compreensão da problemática da terra e da exclusão social em nosso país, nomeadamente quando foi capaz de debater com os gigantes da agroindústria e dos representantes governos estaduais e federais sobre a possibilidade de um projeto alternativo de desenvolvimento. Mas também revelou fortes barreiras no que diz respeito à incorporação de suas propostas de reforma agrária nas ações governamentais, que implicariam em

Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010

mudanças estruturais no modelo organizativo do Estado brasileiro.

O MST conseguiu ampliar as relações com outros setores da sociedade brasileira, particularmente com os estudantes e a intelectualidade universitária e promover uma articulação entre ensino e pesquisa, o processo de formação política e técnica de suas lideranças e a educação básica. No interior do MST a prática da pesquisa é projetada e articulada com o objetivo de relacionar a teoria com a prática, respeitando-se além das diferentes etapas etárias, as metodologias educacionais e as exigências específicas de cada realidade em que se produz.

O MST vem se constituindo como uma objetiva e singular expressão da luta do homem do campo para superar as desigualdades a que está submetido. Quando nos dispomos a observar a coesão manifesta pelos participantes do MST, na luta pela aquisição legal da terra, entre outras coisas, percebemos que há uma identidade grupal coletiva – constituída a partir da luta pela posse da terra – que se sobrepõe aos desejos individuais de cada sujeito associado a esse movimento social. A formação de quadros não está sendo estimulada somente para a atuação em assentamentos, mas também para suprir as necessidades do MST e em todas as instâncias. O desejo de possuir um lugar será um dos referenciais de identificação, além de representar um signo de esperança às gerações presentes e futuras durante o contínuo processo de luta; durante a formação de uma identidade coletiva que supere as diferenças históricas e culturais dos sujeitos. Essa identidade grupal e a consciência política são expressas nas representações sociais e nos seus significados sobre a posse da terra; nos conteúdos presentes em cada uma das dimensões da consciência política e nas experiências vividas por cada sujeito no decorrer de sua existência histórica.

Acontece que, no bojo de sua existência histórica, os conflitos pela posse da terra vêm ocorrendo em praticamente todos os estados e regiões do país. Esse quadro tem transformado a questão dos trabalhadores rurais sem-terra em um verdadeiro problema nacional e, nos últimos anos as lutas e ocupações que impulsionam se expandem e se intensificam por todos os cantos do vasto território brasileiro.

A incessante multiplicação desses conflitos acabou convertendo o MST no principal protagonista das lutas camponesas no Brasil atual. Estas lutas pela terra não têm sido nada pacíficas, muito pelo contrá-

rio, são centenas de mortos e feridos que os mais diferenciados enfrentamentos produziram apenas ao longo da década de 1990. Para os membros desse movimento são dias difíceis e tensos que se têm pela frente! O acompanhamento de sua odisséia sobre a face da terra e o reconhecimento de sua importância política e social são muito bem assinalados quando Freire se dispõe a proclamar o seu significado:

A eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível (FREIRE, 2000, p. 61).

No Brasil existem quase 17 milhões de trabalhadores rurais ou, aproximadamente, 4,8 milhões de famílias, sem contar os milhões que têm sido expulsos do campo, impedidos de produzir e que se aglomeram nas periferias das grandes cidades. Para estudiosos como Petras e Weltmeyer, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, verificou-se um cenário de empobrecimento da zona rural, além do que sua política econômica “descapitalizou a economia agrícola, particularmente o setor ligado aos pequenos produtores que produziam para o mercado local” (PETRAS; WELTMEYER, 2001, p. 122). Para estes autores:

Nos primeiros dois anos do governo de Fernando Henrique, entre 1995 e 1997, a população economicamente ativa do setor agrícola diminuiu em 500.000 proprietários rurais e trabalhadores agrícolas além dos 1,1 milhão de trabalhadores rurais que fugiram do campo entre 1990 e 1994. Estimativas recentes afirmam que entre os pequenos agricultores, 400.000 famílias foram obrigadas a abandonar a zona rural durante os primeiros cinco anos do governo Cardoso [...] (PETRAS; WELTMEYER, 2001, p. 122-123).

Para todos nós que clamamos pela justiça social, almejamos uma distribuição equânime da riqueza em nosso país, trata-se de compreender historicamente o que está ocorrendo no campo, qual é a dinâmica de luta que está em curso, qual é o caráter político das organizações que

falam em nome dos trabalhadores rurais sem-terra e seus princípios e métodos de ação. Oficialmente, não temos no Brasil uma guerra civil aberta no campo, porém nos contínuos enfrentamentos, manifesta-se de forma embrionária ou velada; sendo que ela não se torna aberta, não pela pouca disposição dos trabalhadores rurais, mas pelo férreo controle que exercem suas direções que almejam, por ora, uma reforma agrária nos marcos da legalidade produzida pela sociedade capitalista. Compreender sua trajetória é tarefa de todos os que não se furtam de assumirem suas responsabilidades com os rumos do país, ainda mais se estão entre os que reconhecem “[...] a estreita relação existente entre o conhecimento, a política e a educação na produção teórico-prática gramsciana [...]” (MARTINS, 2008, p. 280), que se dispõem a construir o bloco histórico que há de conduzir as profundas transformações na cidade e no campo e que, em sua militância política educacional, estão cientes de que

[...] a reforma moral e intelectual proposta por Gramsci deixa claro que o conhecimento tem para ele um inegável valor pedagógico e ético-político, o que não o torna idealista, uma vez que a reforma gramsciana se manifesta concretamente como uma reforma econômica, isto é, não somente como uma profunda alteração no panorama ideológico e cultural, mas também como uma transformação significativa de todas as relações constituintes do ser social, incluindo aí as do âmbito material (MARTINS, 2008, p. 280).

4. Considerações finais

Nos últimos anos, no campo brasileiro vem se desenvolvendo uma série de ações unificadas de diferentes setores dos trabalhadores rurais, nas quais se combinam fortes elementos de guerra civil, conflitos e acirramento da violência. No dia a dia, porém, é pouco provável que arrebentem guerras camponesas similares àquelas que explodiram em várias regiões brasileiras em fins do século XIX e início do século XX.

O que está se desenvolvendo é uma sórdida e violenta luta de classes que, na prática, contraria os princípios ideológicos constituintes da sociedade capitalista. É que o questionamento da propriedade da terra inclui todo o sistema de propriedade e, portanto, o próprio estado capitalista. E isso tem constituído o ponto mais crítico da contemporaneidade política brasileira. Este é o cenário que proporciona o desenvolvimento de perspectivas

educacionais ecléticas, no interior do MST, inspiradas no marxismo e nos valores e princípios libertadores e emancipatórios de Paulo Freire.

Estudar as condições estruturais – históricas, econômicas, políticas, culturais – que possibilitaram o desenvolvimento dos princípios educacionais do MST representa um debruçar inquieto e inquietante sobre os processos sociais que engendraram a formação dos sujeitos políticos que produzem a história coletivamente. As lutas produzidas pelo MST o inserem na categoria daqueles movimentos sociais que, com suas experiências de rebeldia e confronto, se colocam com uma possibilidade de presença autônoma diante do poder e do Estado brasileiro. Na busca do desenvolvimento dos princípios educacionais, o MST produz profundos gestos de reinvenção da própria educação, do seu desenvolvimento como expressão da vontade e da ação coletiva e rebelde desses trabalhadores rurais em busca de sua identidade e de um lugar na história do Brasil.

Referências e obras de apoio

- APPLE, M. W. *Política cultural e educação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo*. Mimeo. 23ª Reunião Anual da Anped: GT, nº 3 – Movimentos Sociais e Educação, 1999.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Os sem-terras, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MANFREDI, S. *Formação sindical no Brasil – história de uma política cultural*. Campinas: Scritta, 1996.
- MARTINS, Marcos Francisco. *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?* Campinas: Autores Associados; Americana: UniSal, 2008.
- PETRAS, J. & WELTMEYER, H. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. São Paulo: Vozes, 2001.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, M. A. de. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST*. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A formação da classe operária*. v. 1. *A árvore da liberdade*. v. 2. *A maldição de Adão*. v. 3. *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENDRAMINI, C. R. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.